

CARTA ABERTA À COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA

POR QUE PARALISAR A UNIVERSIDADE NO DIA 14/09?

As universidades públicas brasileiras vivem momentos difíceis impostos por um projeto de governo que privilegia o capital financeiro em detrimento da educação e da saúde, condições indispensáveis ao desenvolvimento de um país.

O projeto hoje implementado tem como objetivo entregar as riquezas do Brasil ao capital internacional, reduzir o Estado e, conseqüentemente, as políticas sociais, incluindo a universidade pública, gratuita, socialmente referenciada.

A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) já se manifestou sobre as dificuldades por que passam as universidades, com orçamentos cada vez mais enxutos ou contingenciados, impactando cada vez mais a comunidade acadêmica.

É certo que na medida em que diminuirmos os

recursos para ensino, pesquisa, extensão, e, sobretudo, às políticas estudantis, que não vislumbra hori-

zonte positivo para 2018, a tendência é defender a privatização, a exemplo do que está acontecendo com a Uerj.

As reformas em curso já impactam as universidades, como se pode observar nos resultados da política de contenção do governo previstas na EMC 95/2016 que congelou por vinte anos novos investimentos do governo. Não há previsão de concursos públicos para suprir essas vagas, o que acarretará sobrecarga dos que ficarem e a conseqüente queda da qualidade do serviço.



O QUE DEVEMOS ESPERAR EM UM FUTURO PRÓXIMO?

- A reforma trabalhista precariza o trabalho, terceiriza e possibilita o trabalho intermitente, provocando reação em cadeia da perda de direitos historicamente conquistados. A precarização dos direitos, valendo o negociado sobre o legislado, eliminando a possibilidade de o/a trabalhador/a entrar na Justiça contra o/a empregador/a.

- A reforma da Previdência, com relatório aprovado por comissão própria, indica perdas significativas, sobretudo para quem ingressou no serviço público a partir de 2003, que terá de trabalhar no mínimo até os 65 anos e os demais que tem tempo próximo ao previsto na legislação atual, terá de pagar um pedágio de em média

dez anos;

- A lei que regula os investimentos públicos, já aprovada, arrocha cada vez mais os orçamentos das universidades, com clara intenção de torná-las ineficientes para justificar a privatização.

- A lei que trata dos ajustes dos estados e municípios traz exigências como congelamento da carreira e suspensão de concursos públicos, programas de demissão voluntária (MP 792/2017), e, se for necessária, a demissão sumária de servidores/as públicos/as por inexistência de caixa para pagamento de salários.

- O governo já anunciou o congelamento de quaisquer reajustes para 2017 e 2018.

A ADUFMS-Sindicato conclama a categoria de docentes da UFMS para cerrarmos fileira em defesa do serviço público de qualidade. Para tanto, o Sindicato propõe intensa agenda de atividades no mês de Setembro:

**14/09 – Paralisação das atividades docentes nas universidades federais do Brasil/
17h - Aula Pública**

20/09 - 8h – Assembleia de fusão ao Andes-Sindicato Nacional;

**29/09 - 8h – Reunião do Conselho de Representantes da ADUFMS-Sindicato/
13h30 – Palestra A Função da Universidade Pública no Contexto Atual, com o Prof. Dr. Valter Pomar (UFABC)**

Acompanhe as atividades em adufms.org.br ou pelo Facebook **ADUFMS.Sindicato**